



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Divulgar os planos concretos de investimento das concessionárias do jogo e de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas

No dia 12 de Setembro, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura anunciou que, sob a liderança do Governo, ia cooperar com as seis concessionárias do jogo para revitalizar seis zonas históricas. As seis zonas em causa são a zona pedonal da Rua da Felicidade, as pontes-cais n.ºs 23 e 25 do Porto Interior, as zonas da Avenida de Almeida Ribeiro e da Rua de Cinco de Outubro, a zona da Barra, a zona da Fábrica de Panchões Iec Long e a zona dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, com a expectativa de criar mais pontos culturais emblemáticos e enriquecer os elementos culturais e turísticos característicos de Macau. Segundo a mesma, as seis empresas participantes na revitalização das zonas possuem uma vasta experiência na operação de projectos de grande envergadura e já utilizaram os seus próprios recursos para organizar equipas profissionais a fim de se dedicarem aos trabalhos de planeamento e de revitalização das respectivas zonas. O Governo da RAEM irá promover os projectos, de forma coordenada e com base no realce dos valores culturais e históricos das respectivas zonas, com vista a criar novos pontos de interesse cultural e turístico atractivos e a promover o desenvolvimento das indústrias culturais e das pequenas e médias empresas (PME) locais.

O novo “contrato de concessão para a exploração de jogo” entrou em vigor no dia 1 de Janeiro do corrente ano. Nos termos deste “contrato de concessão”, as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

concessionárias deviam apresentar ao Governo, no mês de Março do corrente ano, o plano de execução dos projectos de investimento concretos para aprovação por parte do Governo, e devem ainda apresentar ao Governo, até 30 de Setembro de cada ano, os planos de execução dos projectos de investimento concretos a realizar no ano seguinte. De acordo com as obrigações gerais da concessionária, previstas na cláusula septuagésima segunda do referido “contrato de concessão”, os seus planos no âmbito da responsabilidade social incluem: apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais; apoio ao desenvolvimento da diversificação das indústrias locais; garantia dos direitos e interesses laborais, nomeadamente, concernentes à garantia de créditos laborais, formação em serviço e ascensão profissional dos empregados locais, bem como ao regime de previdência vocacionado para proteger os empregados; contratação de indivíduos portadores de deficiência ou reabilitados; e apoio às actividades de interesse público e às actividades de cariz educativo, científico e tecnológico, de protecção ambiental, cultural e desportivo, entre outros. No entanto, já se passaram mais de 9 meses desde a entrada em vigor do “contrato de concessão” e não há ainda qualquer plano de apoio ao desenvolvimento das PME locais ou ao desenvolvimento diversificado das indústrias locais, só se tendo visto projectos conceptuais para a revitalização das seis zonas históricas, conduzido pelo Governo e financiado e executado pelas concessionárias do jogo, o que deixa as pessoas duvidarem se a responsabilidade social das concessionárias do jogo é apoiar as PME ou apoiar só o Governo.

A revitalização dos bairros antigos, através da forma de funcionamento comercial das concessionárias do jogo, deve ser mais eficiente do que a do Governo, no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entanto, o mais importante é que a maioria dessas empresas não tem espaço nem instalações suficientes para a sua exploração nos bairros antigos. Se o Governo depender apenas das concessionárias do jogo para a realização de actividades nas vias públicas ou de trabalhos de embelezamento, será difícil revitalizar, efectivamente, os bairros antigos, que estão cheios de propriedades privadas. O cerne da revitalização dos bairros antigos é o Governo dispor de um plano geral para as zonas, maximizar o seu valor histórico, revitalizar e embelezar as suas vias públicas, e o resto deve ser deixado para o mercado, para efeitos de assunção do papel predominante, com vista a dinamizar o mercado e a criar novas ideias para atrair o fluxo de visitantes. No entanto, devido à descentralização das políticas e à dispersão dos direitos de propriedade nos bairros antigos, bem como à complexidade e à desactualização das leis e regulamentos, é difícil concretizar a revitalização de várias zonas históricas de Macau.

Para além disso, segundo as opiniões das PME de diferentes sectores, apresentadas junto de mim, as seis concessionárias do jogo estão a organizar, neste ano, diversos concertos e actividades de entretenimento, no entanto, como a maioria desses eventos, desde o início até ao fim, é organizada pelas concessionárias do jogo, as PME locais não conseguem ser beneficiadas e, a partir deste ano, muitas actividades que eram da responsabilidade do Governo passam a ser organizadas, em conjunto, pelo Governo e pelas concessionárias do jogo, e as partes, na sua maioria, são planeadas e executadas pelas próprias equipas das concessionárias do jogo, assim, muitas opiniões entendem que, com a nova lei do jogo, a diversificação das indústrias só demonstra que as actividades das seis concessionárias do jogo são



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

diversificadas, e isto não ajuda a apoiar a diversificação da economia global de Macau e dos assuntos das PME. O Governo anunciou que os planos de revitalização de seis zonas históricas da cidade são da responsabilidade das seis concessionárias do jogo, e as PME duvidam que, com estes planos definidos pelo Governo, a única vantagem seja a redução do volume de trabalhos dos serviços públicos e, por outro lado, receiam ainda que, com esta “diversificação” das actividades do sector do jogo, o espaço de sobrevivência das PME seja mais estreito, e, como a economia de Macau não é diversificada e os serviços responsáveis pela elaboração do plano não dialogam, de forma suficiente, com o sector comercial dos bairros comunitários, receiam também que o plano não consiga surtir efeitos práticos.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Nos termos do “contrato de concessão” para a exploração de jogos de fortuna ou azar”, as concessionárias do jogo são obrigadas a apresentar ao Governo, até 30 de Setembro de cada ano, um plano concreto de execução dos projectos que pretendam concretizar no ano seguinte, no âmbito do plano de investimentos anexo ao contrato de concessão (o plano do primeiro ano deve ser apresentado até ao final de Março do mesmo ano), no qual deve constar, pelo menos, o conteúdo concreto dos projectos de investimento a executar no ano seguinte, bem como o respectivo montante e o prazo da sua execução, para aprovação do Governo. Faltam três meses e tal para o final deste ano, mas o Governo ainda não divulgou os pormenores dos planos de investimento das seis concessionárias. Com vista a aumentar a transparência e a justiça, após a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aprovação dos planos de investimento, o Governo deve divulgar, o mais rápido possível, os planos de execução dos projectos de investimento das seis concessionárias do jogo, para que as equipas e as PME locais possam preparar-se melhor para o efeito, e deve ainda clarificar que as seis concessionárias do jogo, ao concretizarem os seus investimentos em projectos não relacionados com o jogo, não devem contar com a participação de toda a sua equipa, devendo criar, através de mecanismos uniformizados, justos e transparentes, mecanismos e plataformas adequados, para permitir que as equipas e as PME locais participem, de forma abrangente e multidimensional, nos investimentos e no desenvolvimento dos projectos não relacionados com o jogo das seis concessionárias do jogo, para que os respectivos investimentos não relacionados com o jogo possam produzir um maior efeito sinérgico e multiplicador. Vai fazê-lo?

2. Na resposta a uma interpelação de um deputado, o Governo afirmou que o Instituto Cultural ia aproveitar a oportunidade das empresas integradas de turismo e lazer para desenvolver os elementos não relacionados com o jogo, no sentido de desenvolver ainda mais o papel de sinergia, e que ia aumentar as oportunidades de participação e cooperação do sector na organização de eventos culturais e artísticos, e na revitalização das zonas históricas. No entanto, o Governo divulgou, recentemente, que os planos de revitalização de seis zonas históricas de Macau, liderados pelo Governo, iam ser elaborados e executados pelas seis concessionárias do jogo, o que leva a sociedade a suspeitar que esta “diversificação” das actividades do sector do jogo vai, pelo contrário, reduzir o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

espaço de sobrevivência das PME e tornar a economia de Macau ainda mais monolítica. Assim sendo, como é que o plano acima referido vai permitir às concessionárias do jogo impulsionar, eficazmente, o desenvolvimento das PME dos diversos sectores de Macau, criando assim sinergias para impulsionar uma verdadeira diversificação e um desenvolvimento a vários níveis da economia de Macau?

3. No que diz respeito à zona da Barra, no âmbito do projecto de revitalização das seis zonas históricas, o Governo anunciou que ia mudar os antigos escritórios dos Serviços de Alfândega e do Instituto para os Assuntos Municipais para facilitar a revitalização de toda a zona. Mas, como a revitalização desta zona em causa é um projecto com muitas oportunidades de negócio, o Governo deve abrir um concurso público para que as PME possam explorar os seus negócios, com vista a promover o seu desenvolvimento e a diversificação das indústrias. Vai fazê-lo? Quanto ao plano de revitalização dos estaleiros navais de Lai Chi Vun, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes da altura realizou, em 2011, um estudo sobre o planeamento da Rua dos Navegantes, elaborou um planeamento, em 2017, da zona de Lai Chi Vun e, em 2018, o Instituto Cultural (IC) incluiu Lai Chi Vun na lista do património cultural. Assim, a entrega do projecto da zona histórica de Lai Chi Vun às concessionárias do jogo significa uma execução do planeamento definido naquela altura ou um novo planeamento? Quando é que o Governo vai divulgar os pormenores dos planos de desenvolvimento das seis zonas históricas que vão ser revitalizadas? Como é que as PME locais dos diversos sectores podem preparar-se atempadamente,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

podendo haver mecanismos justos para a sua participação nos referidos planos?

15 de Setembro de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lam U Tou**